

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2023 – ITEM 03

Processo nº: 23343.001741.2023-27

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 984/2023, de 07 de julho de 2023, vem decidir o recurso impetrado pela empresa MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 13.977.867/0001-43. Inicialmente, verifica-se que foi tempestivo o seu requerimento à licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (processo nº 23343.001741.2023-27), de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019 e a legislação pertinente. Oportunamente, não houve a apresentação de contrarrazões de recurso.

#### ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da classificação da empresa.

#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão da Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do site do Compras.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br>, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

#### DO RECURSO APRESENTADO

LINK RECURSO (COM IMAGENS): <https://drive.google.com/file/d/19agNFnN2vUKuF5Gj6X-FaUNP8i9phcc/view?usp=sharing>

À Comissão de Licitação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais,

REF.: Recurso Administrativo - Pregão Eletrônico 10/2023 - Item 03

Por intermédio do presente recurso administrativo, MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.977.867.0001-43, localizada na Avenida de Maio nº 3275, sala A, Parque Residencial Lauriano Tebar II, na cidade e comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP: 15076-480, representada neste ato pelo sócio/administrador Matheus Cestari Magalhães, brasileiro, empresário, portador do RG nº 528090379 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 441.966.238-75, vem respeitosamente perante esta Comissão manifestar nossa discordância e inconformidade com a decisão referente ao Pregão Eletrônico 10/2023, Item 03, na qual a empresa Daten Tecnologia LTDA foi declarada como a arrematante do equipamento.

##### 1. Introdução

A empresa MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, participou deste processo licitatório pautando-se pela busca de transparência, conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pelo edital, e igualdade de condições entre todos os concorrentes. Contudo, entendemos que questões cruciais não foram devidamente esclarecidas, o que levou à necessidade deste recurso.

##### 2. Questionamento Inicial

Nosso questionamento inicial envolveu o processador do notebook ofertado pela Daten Tecnologia LTDA pois o edital estabeleceu critérios rigorosos, enfatizando que somente seriam aceitos processadores de última geração, em linha de produção dos fabricantes de processadores, admitindo-se a geração anterior lançada em até 18 meses anteriores à data de publicação do edital.

##### 3. Inconsistências Identificadas

Inicialmente, a Daten Tecnologia LTDA indicou que o processador pertencia à família 5000, sem fornecer detalhes específicos sobre o modelo, a qual excede o limite de 18 meses estipulado no edital.

Posteriormente, na proposta final, foi ofertado um processador "AMD Ryzen™ 3 7330U". Conforme o catálogo fornecido pela própria Daten Tecnologia LTDA, esse processador pertence à família 7000.

No entanto podemos verificar no seu próprio site que o modelo DCM4A-4 possui apenas a série 5000

[http://daten1.tempsite.ws/novo\\_site/fotos/projetos/31/arquivos\\_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A#4%20\(E\).pdf](http://daten1.tempsite.ws/novo_site/fotos/projetos/31/arquivos_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A#4%20(E).pdf)

Nossa preocupação não se restringe apenas à conformidade com os critérios do edital pois também nos preocupa a possível incompatibilidade entre o processador indicado no catálogo do fabricante e a placa do notebook, o que pode comprometer o desempenho do equipamento.

Observando o edital, notamos que ele requeria diversos certificados e documentação que referenciavam o modelo DCM4A-4, cujo processador pertence à série 5000. Portanto, considerando que a série 7000 representa uma clara atualização técnica, fica evidente que os certificados apresentados para o DCM4A-4 não podem ser considerados válidos para respaldar a conformidade de um produto com um processador da série 7000, o que suscita dúvidas significativas sobre a adequação dos documentos apresentados pela Daten Tecnologia LTDA.

Observamos, no próprio catálogo anexado ao processo "ANEXO\_03.zip" enviado no dia 12/09/2023 10:56, intitulado "Ficha Técnica Notebook DCM4A-4.pdf", que o processador indicado é da série 5000.

Entretanto, foi disponibilizado um catálogo específico do processador "AMD Ryzen 3 7330U \_ AMD.pdf," pertencente à série 7000 e esta disparidade entre os catálogos apresentados e o processador ofertado sugere uma alteração significativa na proposta inicial, levantando questionamentos substanciais sobre a integridade do processo licitatório.

##### 4. Solicitação de Esclarecimentos e Ausência de Resposta

Em nosso questionamento inicial, fizemos uma consulta direta à Comissão de Licitação, solicitando confirmação se houve, de fato, uma alteração do processador para atender ao edital e informações adicionais que pudessem esclarecer essa questão.

No entanto, não recebemos uma resposta ou qualquer esclarecimento adicional que pudesse dirimir nossas dúvidas.

##### 5. Do Direito

Os Constituintes, por ocasião da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, preocupados com a transparência e legalidade nas licitações públicas, inseriram no texto ordenamento claro e objetivo. Vejamos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme prevê o artigo 3º da Lei 8.666/93, vários são os Princípios que regem a Licitação:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

É nítido que o Pregoeiro errou ao considerar a empresa Daten Tecnologia LTDA como vencedora diante dos motivos já expostos e a Comissão de Licitação designada para operar o certame detinha o poder de sanar a ilegalidade, mas não o fez.

Entre os vários princípios, damos destaque ao da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a fim de que haja segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

No presente caso, houve violação direta à referido Princípio, vez que o Pregoeiro habilitou como vencedor do Certame a Licitante Daten Tecnologia LTDA, ainda que esta não tenha demonstrado a possível compatibilidade entre o processador indicado no catálogo do fabricante e a

placa do notebook, o que pode comprometer o desempenho do equipamento.

O artigo 41 também da Lei 8.666/93 diz:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se manifestou diversas vezes a respeito do tema, vela no RESP 1178657 a decisão dos ministros:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.

Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação- protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes."

De forma análoga, importante consignar novamente, que em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório com fulcro nos arts. 3º e 41º da lei nº 8.666/93, a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital, vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

[...]

À luz desse dispositivo, caberá à Administração solicitar maiores informações a respeito quando estas por si só, não forem suficientes para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital.

Frisa-se ainda que deve ser levado em consideração extensiva com relação a documentação oficial comprobatória onde a mesma deve demonstrar que a alteração do equipamento oferecido pela empresa vencedora é mais eficiente que o solicitado em edital.

6. Pedido

Nesse contexto, em virtude da falta de esclarecimentos adequados e da preocupação legítima quanto à conformidade com os termos do edital, solicitamos, respeitosamente, que a Comissão de Licitação reveja sua decisão de declarar a Daten Tecnologia LTDA como a arrematante do equipamento no Pregão Eletrônico 10/2023 - Item 03.

Observamos, claramente uma modificação significativa na proposta inicial apresentada pela Daten Tecnologia LTDA para atender às diretrizes do pregão, ao substituir o processador originalmente proposto por um pertencente a uma série superior, desrespeitando, assim, as regras fundamentais da licitação. Tal alteração coloca em questão a equidade e a transparência do processo licitatório, "levantando preocupações substanciais sobre a conformidade da oferta da Daten Tecnologia LTDA com os termos originais do edital."

7. Conclusão

Em nosso compromisso com a integridade do processo licitatório, pedimos encarecidamente que esta Comissão reconsidere nossa solicitação e conduza uma revisão minuciosa das questões levantadas neste recurso.

Estamos dispostos a fornecer quaisquer documentos adicionais ou informações que possam esclarecer as dúvidas em relação ao processo de aquisição.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e pela imparcialidade com que esta Comissão conduzirá a análise deste recurso.

Respeitosamente,

Termos em que, pede deferimento.

São José do Rio Preto, 20 de outubro de 2023.

LINK RECURSO (COM IMAGENS): <https://drive.google.com/file/d/19agNFn2vUKKuF5Gj6X-FaUNP8i9phcc/view?usp=sharing>

## DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do Compras.gov.br, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetiva a revisão da decisão que aceitou a proposta da empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA, equívoco na avaliação de seu conjunto documental. Não é o caso, todavia. Em primeiro lugar, como se cuida de licitação de itens de tecnologia da informação (TIC), as decisões pela aceitação, ou não, das propostas são fundadas em juízo técnico, exarado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS.

Consultado acerca das razões de recurso apresentado, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS analisou ambas e, conforme critérios técnicos, elaborou o OFÍCIO Nº 152/2023/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que transcrevemos, na íntegra, a seguir:

"Assunto: Pregão 10/2023 - análise e parecer quanto ao recurso interposto para o item 3.

Senhor Coordenador,

Informamos a seguir a análise e parecer quanto ao recurso interposto pela licitante MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 13.977.867.0001-43, em relação à aceitação de proposta do item 3.

Oportuno registrar que a recorrida DATEN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.602.789/0001-01, não apresentou contra razões.

O mérito do recuso aborda duas questões, uma em relação ao processador e outra quanto às certificações exigidas, as quais passamos a analisar.

1. Quanto ao processador

A peça recursal registra que "Inicialmente, a Daten Tecnologia LTDA indicou que o processador pertencia à família 5000, sem fornecer detalhes específicos sobre o modelo, a qual excede o limite de 18 meses estipulado no edital".

A informação acima não foi verificada, visto que a proposta inicial da recorrida não incluiu documentação técnica e, portanto, sem menção ao processador.

O recurso interposto também registra que "Posteriormente, na proposta final, foi ofertado um processador "AMD Ryzen™ 3 7330U". Conforme o catálogo fornecido pela própria Daten Tecnologia LTDA, esse processador pertence à família 7000".

A afirmação acima está correta. A proposta ajustada registra na tabela da página 08/10 o processador RYZEN 3 7300U.

O recurso ainda registra que "No entanto podemos verificar no seu próprio site que o modelo DCM4A-4 possui apenas a série 5000 [http://daten1.tempsite.ws/novo\\_site/fotos/projetos/31/arquivos\\_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A#4%20\(E\).pdf](http://daten1.tempsite.ws/novo_site/fotos/projetos/31/arquivos_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A#4%20(E).pdf)".

Registra-se que o link indicado acima não faz parte das propostas inicial e ajustada, bem como da documentação postada pela recorrida.

Por último o recurso registra que "Observamos, no próprio catálogo anexado ao processo "ANEXO\_03.zip" enviado no dia 12/09/2023 10:56, intitulado "Ficha Técnica Notebook DCM4A-4.pdf", que o processador indicado é da série 5000.

Entretanto, foi disponibilizado um catálogo específico do processador "AMD Ryzen 3 7330U \_ AMD.pdf," pertencente à série 7000 e esta disparidade entre os catálogos apresentados e o processador ofertado sugere uma alteração significativa na proposta inicial, levantando questionamentos substanciais sobre a integridade do processo licitatório."

O documento "Ficha Técnica Notebook DCM4A-4" registra Processador AMD Ryzen e Ryzen PRO U series 5000. Todavia há que ser considerado que a proposta ajustada e o catálogo do processador estão coerentes visto que registram o processador Ryzen 3 7330U.

2. Quanto as certificações

O recurso interposto registra que "Observando o edital, notamos que ele requeria diversos certificados e documentação que referenciavam o modelo DCM4A-4, cujo processador pertence à série 5000.

Portanto, considerando que a série 7000 representa uma clara atualização técnica, fica evidente que os certificados apresentados para o DCM4A-4 não podem ser considerados válidos para respaldar a conformidade de um produto com um processador da série 7000, o que

suscita dúvidas significativas sobre a adequação dos documentos apresentados pela Daten Tecnologia LTDA."

Quanto aos certificados deve ser considerado que se referem ao produto final DCM4A-4 e não de forma particular ao processador.

3. Nosso parecer

Tendo em consideração que a proposta final, o check list e o catálogo registram que o processador ofertado é o Ryzen 3 7330U, nossa análise técnica foi pautada por estas informações.

No entanto, dada as inconsistências apontadas no recurso quanto ao processador e o fato de que a recorrida não apresentou contra razões que poderiam ratificar que o processador ofertado seria o Ryzen 3 7330U, bem como que as certificações apresentadas seriam para o produto ofertado configurado com este processador, damos provimento ao recurso interposto recusando a proposta da recorrida, devendo o item em questão retornar para a fase de análise de propostas."

Vide OFICIO Nº 152/2023/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/5659-pregoes-eletronicos-2023-ifsuldeminas-uasg-158137>

Diante da análise do setor técnico responsável (DTI), verificou-se após a análise minuciosa, que a empresa recorrente atende os requisitos estabelecidos no edital e anexos, necessitando da reforma da decisão de classificação da proposta da Daten Tecnologia LTDA. Assim, a Comissão de Licitação, através de seu Pregoeiro, embasada pela análise do setor técnico, diante do recurso e conforme legislações correlatas ao objeto, decide pela procedência do recurso.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser deferido o recurso.

Pouso Alegre/MG, 03 de novembro de 2023

Ronaldo Zacarias Costa  
Pregoeiro

**Voltar**